

UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIREÇÃO DA ÁREA DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM

ANNE CAROLINE DE CARVALHO BITTENOURT
EDILAINE ROCHA FONTES

MULHER NEGRA: A EXPERIÊNCIA DA PARTURIÇÃO COM ENFOQUE NO
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL

Aracaju
2015

ANNE CAROLINE DE CARVALHO BITTENOURT

EDILAINE ROCHA FONTES

**MULHER NEGRA: A EXPERIÊNCIA DA PARTURIÇÃO COM ENFOQUE NO
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II,
apresentado à Coordenação de Enfermagem
da Universidade Tiradentes - UNIT, como
um dos pré-requisitos para obtenção do
grau de Bacharel em Enfermagem.
Orientadora: Prof.^a Esp. Denise Ribeiro
Lucon.

Aracaju

2015

ANNE CAROLINE DE CARVALHO BITTENCOURT

EDILAINE ROCHA FONTES

**MULHER NEGRA: A EXPERIÊNCIA DA PARTURIÇÃO COM ENFOQUE NO
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II,
apresentado à Coordenação de Enfermagem
da Universidade Tiradentes - UNIT, como
um dos pré-requisitos para obtenção do
grau de Bacharel em Enfermagem.
Orientadora: Prof.^a Esp. Denise Ribeiro
Lucon.

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora.

Prof.^a Esp. Lourivânia Oliveira Melo

Prof.º Esp. Max Oliveira Menezes

Orientadora: Prof.^a Esp. Denise Ribeiro Lucon

Dedicamos este trabalho a Deus, por ser essencial em nossas vidas, autor do nosso destino, nosso guia, socorro presente na hora da angústia, por nos ter dado a saúde e força para superar as dificuldades ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos familiares e amigos, que nos ofertaram o apoio necessário e fundamental nos momentos difíceis e que comemoraram nossas conquistas.

A nossa orientadora Denise Ribeiro Lucon, que nos forneceu todo suporte necessário ao longo do desenvolvimento desse trabalho.

Queremos expressar o nosso agradecimento a todos os professores e preceptores do curso de Enfermagem da Universidade Tiradentes, que nos oportunizaram um horizonte de conhecimentos.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, muito obrigada.

**“Escolhi os plantões, porque sei que o escuro da noite amedronta os enfermos.
Escolhi estar presente na dor porque já estive muito perto do sofrimento.
Escolhi servir ao próximo porque sei que todos nós um dia precisamos de ajuda.
Escolhi o branco porque quero transmitir paz.
Escolhi estudar métodos de trabalho porque os livros são fonte de saber.
Escolhi ser Enfermeira porque amo e respeito à vida! ”**

(Autor Desconhecido)

**MULHER NEGRA: A EXPERIÊNCIA DA PARTURIÇÃO COM ENFOQUE NO
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL**

**BLACK WOMAN: PARTURITION EXPERIENCE WITH FOCUS ON
INSTITUTIONAL PREJUDICE AND DISCRIMINATION**

Anne Caroline de Carvalho Bittencourt ¹

Denise Ribeiro Lucon ²

Edilaine Rocha Fontes ³

RESUMO: O racismo institucional pode influenciar no funcionamento dos serviços de saúde e as relações entre profissionais e usuários(as), podendo ser reproduzida, imperceptivelmente, através do modo como as pessoas do entorno são tratadas. É um tipo de racismo que ocorre sem a presença de autores específicos e não privilegia o discurso, mas a prática afasta-se de outras modalidades de racismo. Trata-se de um estudo com uma abordagem quantitativa, longitudinal com levantamento de dados survey, cujo objetivo foi investigar a percepção da mulher negra sobre o preconceito institucional. As informações foram coletadas no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015, na unidade de internação obstétrica do Hospital e Maternidade Santa Isabel, localizada no município de Aracaju-SE. A amostra foi de 82 mulheres que se declararam negras na fase do puerpério, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado. A análise revelou que 1,21% das mulheres sofreram a situação de discriminação, onde foi identificado o autor e setor onde o fato ocorreu, sendo que 98,79% dos relatos foram de ausência da prática do racismo institucional.

DESCRITORES: Mulher negra; Racismo institucional; Parturição.

ABSTRACT: Institutional racism can influence the functioning of health services and the relationship between professionals and users (as), and may be reproduced, imperceptibly, through the way the surrounding people are treated. It is a type of racism that takes place without the presence of specific authors and does not privilege speech, but practice deviates from other forms of racism. It is a study with a quantitative approach with longitudinal survey data survey whose purpose was to investigate the perceptions of black women on the institutional bias. Information was collected in the period from 04 May to 1 June 2015, in obstetric inpatient unit of the Hospital and Maternity Santa Isabel, in the municipality of Aracaju-SE. The sample consisted of 82 women who declared themselves black in the postpartum phase, through a semi-structured interview guide. The analysis revealed that 1.21% of women suffered the situation of discrimination, where the author, and industry was identified where the event took place, with 98.79% of the reports were of lack of institutional racism practice.

KEYWORDS: Black woman; Institutional racism; Parturition.

LISTAS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Identificação das puérperas em relação à faixa etária, estado conjugal e escolaridade, internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015 12

TABELA 2: Entendimento das puérperas sobre o racismo institucional, internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015 14

TABELA 3: Percepção sobre o ato discriminatório, em puérperas internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015 15

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Antecedentes obstétricos das puérperas internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015 13

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
MATERIAIS E MÉTODOS	11
RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	18
APÊNDICE - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturado	20
ANEXO - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	22

INTRODUÇÃO

No Brasil, brancos, negros, pardos e indígenas preenchem espaços sociais desiguais, que incidem diretamente nos indicadores sociais: os negros e indígenas dispõem dos piores indicadores de escolaridade, ocupam péssimos postos de trabalho e têm menos acessibilidade a bens e serviços sociais. Estas desigualdades induzem à miséria material, isolamento espacial e social, assim como restrições à participação política. Este processo, chamado “racismo”, enraizou-se na cultura, no contexto social e no comportamento da sociedade brasileira (BATISTA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013).

O racismo ainda se faz presente nos dias atuais, e não é definido como uma alternativa, um anseio ou uma opinião própria, trata-se de condições históricas que afetam a qualidade de vida e de saúde dos negros, sejam da área urbana, rural ou de qualquer parte do país. Caracteriza-se no dia-a-dia pela linguagem comum, e se alimenta pela tradição e pela cultura, induzindo a vida, o funcionamento das instituições, das organizações e conseqüentemente as relações entre as pessoas (MATTAR; DINIZ, 2012).

As mulheres negras ainda sofrem com as cicatrizes deixadas pelo período da escravidão, e é possível enxergar com facilidade que a população negra nitidamente apresenta-se em desvantagem, quando comparada ao resto da população não-negra, principalmente no que se refere à situação social, econômica e também no que diz respeito ao acesso a saúde. Apesar de o nosso país tentar negar a existência dessa desigualdade afirmando ser um país democrático (CORDEIRO; FERREIRA, 2009; ARAÚJO et al., 2010).

Quando a discriminação e o preconceito são praticados dentro das instituições configura-se o “racismo institucional”, que é definido como: falha coletiva de uma organização que deixa de oferecer uma assistência adequada e de qualidade às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica. Pode ser detectado através de atitudes e comportamentos que manifestam discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereótipos racistas (SANTOS; COELHO; ARAÚJO, 2011).

De acordo com Gomes e Souza (2013), o racismo institucional pode ser adotado pelo governo como um elemento imprescindível para avaliação da qualidade dos serviços de saúde, sobretudo incentivando a elaboração de programas que propõem a correção das desigualdades raciais e promovem a igualdade de oportunidades.

Diante da composição social construída desde o Brasil Colônia, é possível verificar a presença do racismo institucional em nossa sociedade que é, sobretudo, burocrática, onde o desenvolvimento econômico brasileiro acomoda-se ao regime escravocrata, que pode ser

apontado como a origem das hierarquias sociais ligadas ao pertencimento racial. A partir daí constrói-se um modelo social cercado tanto de desigualdades econômicas quanto discriminação e preconceito racial, autenticado pelo próprio estado, ao longo dos anos, o que estabelece obstáculos ao exercício pleno da cidadania para os indivíduos de raça negra (PACE; LIMA, 2011).

Segundo Neumann e Garcia (2013), uma das esferas que podem ser afetadas são as instituições de atendimento ao parto, visto que o período de parturição é um processo evolutivo, e faz necessário um atendimento integral, seguro com qualidade a todas as parturientes. Já o processo do cuidar requer um compromisso com o ser humano privilegiando uma assistência humanizada, uma relação singular e dinâmica entre o ser que cuida e o indivíduo que receberá o cuidado, independente de sua etnia ou raça.

No processo de parturição e parto, a mulher necessita de uma atenção indispensável, que possa garantir a ela uma maternidade segura proporcionando-lhe bem-estar, direito fundamental que pertence a toda mulher. Os profissionais da área da saúde devem estar devidamente preparados para acolher a gestante, assim como também ao seu companheiro e toda a sua família, respeitando esse momento tão especial. O acolhimento deve ser feito de forma satisfatória possibilitando um vínculo mais profundo com a gestante transmitindo-lhe confiança, tranquilidade e conforto (OLIVEIRA et al., 2012).

Considerando o exposto, o presente estudo teve como objetivo “Investigar a percepção da mulher negra sobre o preconceito institucional, através da verificação da ocorrência de racismo institucional em mulheres negras durante o período de parturição e identificar as condições funcionais que proporcionam racismo institucional”.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo tem uma abordagem quantitativa do tipo longitudinal com levantamento de dados do tipo survey. Sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVERSIDADE TIRADENTES, sob Parecer Consubstanciado Nº 1.047.665/2015, na data de 04/05/2015.

A coleta de dados ocorreu no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015, e foi desenvolvido na unidade de internação obstétrica do Hospital e Maternidade Santa Isabel, localizada no município de Aracaju-SE.

Participaram do estudo puérperas que atenderam os seguintes critérios: se autodeclararem de raça negra; com idade maior de 18 anos; ter nacionalidade brasileira;

mulheres negras que tenham recebido assistência ao período de parturição dentro da instituição escolhida para o estudo; que aceite participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O número de participantes foi de 112 puérperas, sendo que 30 mulheres visivelmente da cor negra, se autodeclararam pardas e foram excluídas segundo os critérios de inclusão do estudo.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado, focalizando a investigação e a percepção da mulher negra sobre o preconceito institucional. Foram respeitados os preceitos éticos estabelecidos pela resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece as diretrizes e normas brasileiras regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

Para análise e interpretação dos dados coletados utilizou-se o programa Excel XP para armazenar e construir tabelas e gráficos para apresentação dos resultados, onde foram confrontados com a literatura atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi caracterizada por 82 mulheres que se autodeclararam negras, com idades entre 18 a 51 anos, onde se identificou que 19,51% eram compostas por jovens de 18 a 19 anos, 48,80% eram jovens de 20 e 29 anos e foi à faixa etária predominante, 24,39% mulheres com idade de 30 a 39 anos, 6,09% com idade 40 a 49 anos e apenas 1,21% com idade de 50 a 51 anos.

Observou-se que entre as mulheres entrevistadas, 13,85% eram solteiras, 23,17% casadas, 60,55% amasiadas, 2,43% separadas. Quanto à escolaridade, 32,92% tinham ensino fundamental, 53,65% ensino médio, 13,43% curso superior e não houve nenhum caso de analfabetismo (Tabela 1).

Tabela 1- Identificação das puérperas em relação à faixa etária, estado conjugal e escolaridade, internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015.

Variáveis	n	%
Idade		
18 a 19 anos	16	19,51%
20 a 29 anos	40	48,80%
30 a 39 anos	20	24,39%
40 a 49 anos	5	6,09%

50 a 51 anos	1	1,21%
TOTAL	82	100%
Estado conjugal		
Solteira	11	13,85%
Casada	19	23,17%
Amasiada	50	60,55%
Separada	2	2,43%
TOTAL	82	100%
Escolaridade		
Ensino Fundamental	27	32,92%
Ensino Médio	44	53,65%
Ensino Superior	11	13,43%
TOTAL	82	100%

O elevado índice de desigualdade racial na educação interfere diretamente na trajetória daqueles que estão em idade escolar. Neste contexto, os negros são os brasileiros com menor escolaridade em todos os níveis e enfrentam as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar (SILVA; GOES, 2013). Os dados do estudo apontam que o fator educação pode estar relacionado com o alto índice de jovens puérperas negras, que concluíram apenas o ensino médio, onde estas acabaram engravidando e deixando os estudos.

Ao verificar os antecedentes obstétricos, constata-se que 59% das puérperas tiveram duas ou mais gestações, e 41% apenas uma gestação (Gráfico 2). A pesquisa aponta o percentual de 49% eram predominantes jovens de 20 a 29 anos (Gráfico 1), estando em uma fase sexualmente ativa. Em uma análise de exposição de mulheres jovens à atividade sexual, foram demonstrados baixos índices de utilização de métodos contraceptivos (PRIETSCH et al., 2011). Fato que justifica a predominância de jovens puérperas que já passaram pela experiência da gravidez mais de uma vez.

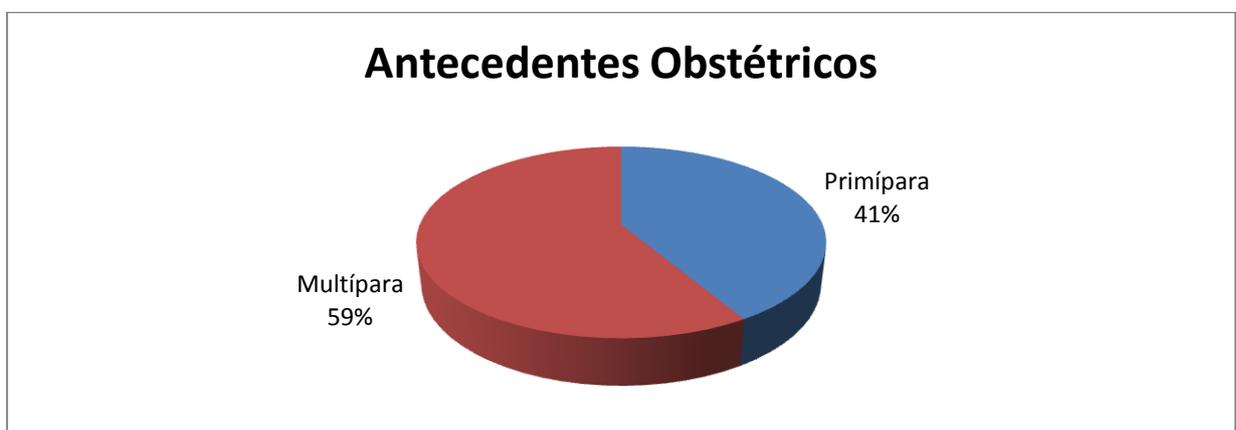


Gráfico 1- Antecedentes obstétricos das puérperas internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015.

No que diz respeito ao entendimento das mulheres negras sobre o racismo institucional, apenas 9,76% entenderam o significado do conceito, representada por 90,24% que não souberam o significado. De acordo com os resultados (Tabela 2).

Tabela 2- Entendimento das puérperas sobre o racismo institucional, internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015.

Variáveis	n	%
Entendem o que é racismo institucional	8	9,76%
Não entendem o que é racismo institucional	74	90,24%
TOTAL	82	100%

O fator escolaridade das participantes (Tabela 1), interfere na falta de conhecimento destas, sobre o racismo institucional. Para Silva (2014), em certo momento da história, a luta dos negros pela educação foi frustrante, pois eles tiveram o acesso à educação negado, onde muitos foram alfabetizados fora do ambiente escolar. Atualmente podemos notar que o número de estudantes negros inserido no nível da educação superior, seja em instituição pública ou privada, ainda é desproporcional quando comparado com os estudantes brancos.

Em relação à cor da pele, Sacramento e Nascimento (2011), diz que a auto declaração é utilizada para identificar a raça nas pesquisas em saúde, porém em situação de entrevista, é considerada uma problemática, pois em alguns casos chega a ocasionar o constrangimento, que só é manifestado quando a pessoa entrevistada é negra.

O racismo no Brasil tornou-se uma problemática que tomou proporções imensas, comprometendo inclusive a própria percepção do negro sobre sua condição de recusado na sociedade. Nesse sentido, declarar-se da raça negra na sociedade brasileira se define como um ‘ato corajoso’ pois significa assumir a história de exclusão e escravidão que essa etnia já foi submetida (GOMES, 2015).

Na pesquisa foi evidenciada tal afirmação, pois das 112 puérperas envolvidas na pesquisa, 30 mulheres, visivelmente da cor negra se autodeclararam pardas e foram excluídas, segundo os critérios de inclusão.

No que diz respeito a ter sofrido o racismo institucional (Tabela 3), apenas uma puérpera (1,21%), disse ter sofrido o racismo e identificou o profissional enfermeiro como autor na sala de pré-parto. A mesma relatou sentir-se discriminada e constrangida, porém não manifestou seu desconforto com a situação. As 98,79% restante das mulheres relataram, não ter sofrido nenhum tipo de discriminação durante a permanência na maternidade.

Tabela 3- Percepção sobre o ato discriminatório, em puérperas internadas na Maternidade e Hospital Santa Isabel (Aracaju/SE), no período de 04 de maio a 01 de junho de 2015.

Variáveis	n	%
Sofreram discriminação	1	1,21%
Não sofreram discriminação	81	98,79%
TOTAL	82	100%

Domingues et al., (2013), diz que o racismo se faz presente na sociedade através da discriminação, preconceito e estereótipos raciais. A discriminação racial, em especial, é caracterizada por qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, e pode ainda ser reproduzida, imperceptivelmente, através da forma como as pessoas do entorno são tratadas.

Ainda hoje, é comum que os negros não percebam (ou não admitam) sofrer com o racismo ou com a discriminação devido à cor da sua pele. Esse acontecimento interfere na luta para se construir um Brasil menos racista e desigual, pois, na medida em que o fator discriminação não é questionado, a complexidade de se combater tal prática só aumenta (GOMES, 2015). Portanto, justificável o fato do grande percentual de mulheres que relataram não ter sofrido atos discriminatórios.

CONCLUSÃO

Embora tenha sido encontrada uma porcentagem muito baixa que comprove o racismo institucional, ainda é possível se observar de forma sublimada, traços do racismo nas instituições de saúde. Embora o período da escravidão tenha acabado há muitos anos, atualmente negros ainda sofrem com os resquícios deixados desse período.

A população negra encontra-se em uma situação de vulnerabilidade, ocasionada pelo processo histórico de exclusão social, econômica, política e cultural a que foi submetida ao longo dos anos. Cabe aos serviços de saúde garantir atendimento adequado, que minimizem essa condição vulnerável.

Apesar da maioria dos relatos colhidos serem de ausência da prática do racismo institucional entre as mulheres negras que se encontravam no puerpério, ficou evidente para os pesquisadores a impressão de que estas mulheres se sentiam inseguras em confirmar essa prática, e por isso, preferiam negar sofrer o racismo institucional, por temerem um tratamento desigual após a afirmação do racismo e identificação do autor.

Embora o mundo esteja passando por grandes transformações sociais, não se pode negar a existência do racismo institucional entre as mulheres negras durante o período de parturição. Diante dessa realidade, é importante que as instituições de atendimento a estas mulheres, adotem medidas para coibir essa prática e promover um ambiente confortável e seguro. Portanto, faz-se necessário estimular a discussão sobre este tipo de racismo, para que este seja entendido como um indicador da qualidade do atendimento prestado as mulheres negras.

SOBRE AS AUTORAS

¹ Acadêmica do 10º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Tiradentes/ UNIT. E-mail: anezinha20@live.com

² Enfermeira. Professora e Coordenadora Adjunta do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Tiradentes/ UNIT. Mestranda em Biotecnologia. Especialista em Saúde do Adulto Institucionalizado. E-mail: denise_ribeiro@unit.br.

³ Acadêmica do 10º período do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Tiradentes/ UNIT. E-mail: edilaine-2009@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edna Maria de et al. Desigualdades em saúde e raça/cor da pele: revisão da literatura do Brasil e dos Estados Unidos (1996-2005). **Saúde Coletiva**, v. 7, n. 40, p. 116-121, 2010.

BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista; MEDEIROS, Rogério Araujo. Iniquidades Raciais e Saúde: O Ciclo da Política de Saúde da População Negra. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 681-690, 2013. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n99/a16v37n99.pdf>. Acesso em 27 Out.2014.

BRASIL. Resolução n o 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. **Disponível em:** http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html. Acesso em 22 Out. 2014.

CORDEIRO, Rosa Cândida; FERREIRA, Silvia Lúcia. Discriminação racial e de gênero em discursos de mulheres negras com anemia falciforme. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 2, p. 352-8, 2009. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n2/v13n2a16.pdf>. Acesso em 22 Out.2014.

DOMINGUES, Patrícia Mallú Lima et al. Discriminação racial no cuidado em saúde reprodutiva na percepção de mulheres. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 285-292, 2013.

GOMES, Hayane Mateus Silva. “Pia, é negro e só quer ser o que não é”: interface entre racismo, saúde, doenças e práticas culturais. **Cadernos Imbondeiro**, v. 3, n. 2, 2015.

GOMES, Hayane Mateus Silva; SOUZA, Otília Aparecida Silva. O Direito à Saúde: Uma Alternativa de Combate ao Racismo. **Cadernos de Cultura e Ciência**, v. 12, n. 1, p. 119-124, 2013.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias Reprodutivas: Maternidade e Desigualdades no Exercício de Direitos Humanos pelas Mulheres. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 107-119, 2012.

NEUMANN, Andréia Berlesi Thiesen; GARCIA, Cledir Tânia França. A Percepção da Mulher Acerca do Acompanhante no Processo de Parturição. **Revista Contexto & Saúde**, v. 11, n. 20, p. 113-122, 2013.

OLIVEIRA, Kalyane Kelly Duarte de et al. Concepção das Nulíparas sobre o Trabalho de Parto e o Parto. **Revista de Pesquisa.: Cuidado é Fundamental**, v. 4, n. 3, p. 2627-2635, 2012.

PACE, Ângela Ferreira; LIMA, Marluce de Souza Oliveira. Racismo Institucional: Apontamentos Iniciais. **Revista do Difere** - ISSN 2179 6505, v. 1, n. 2, dez/2011.

PRIETSCH, Silvio Omar Macedo et al., Gravidez não planejada no extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados Unplanned pregnancy in Southern Brazil: prevalence and associated factors. **Caderno de Saúde pública**, v. 27, n. 10, p. 1906-1916, 2011.

SACRAMENTO, Amália Nascimento; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Racismo e saúde: representações sociais de mulheres e profissionais sobre o quesito cor/raça. **Revista Escola de Enfermagem USP**, v. 45, n. 5, p. 1142-9, 2011.

SANTOS, Andréia Beatriz Silva dos; COELHO, Thereza Christina Bahia; ARAÚJO, Edna Maria de. Racismo Institucional e Informação em Saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, 2011.

SILVA, Anatalice Mota da. **A inclusão social do negro no livro didático de língua portuguesa do ensino fundamental após a implementação da lei 10.639/03. 2014.**

Disponível em:

http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/4539/1/Monografia_Anatalice_Uniceub.pdf

Acesso em 15 maio. 2015.

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira. **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. 2013. . Disponível em:**

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19008.](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19008)

Acesso em 20 maio. 2015.

APÊNDICE

MULHER NEGRA: A EXPERIÊNCIA DA PARTURIÇÃO COM ENFOQUE NO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL

PESQUISADORAS: Anne Caroline de Carvalho Bittencourt

Edilaine Rocha Fontes

ORIENTADOR: Denise Ribeiro Lucon

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO

1. Idade: _____
2. Estado conjugal: () Solteira () Casada () Amasiada () Viúva () Separada ()
Outros _____
3. Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior ()
Outros _____

PARTE II: ANTECEDENTES OBSTÉTRICOS

4. Primípara () Multípara ()

PARTE III: PERCEPÇÃO ÉTNICA E DISCRIMINATÓRIA

5. Quanto à cor de sua pele, como você se classifica?

- () Negra
- () Branca
- () Parda
- () Indígena
- () Amarela

6. Você entende o que é racismo institucional?

- () Não
- () Sim. Defina com suas palavras:

7. **Na sua opinião**, por ser negra você percebeu algum ato discriminatório durante sua permanência aqui na maternidade?

() Não

() Sim. Qual (is) tipo?

8. Você saberia identificar o profissional que fez a discriminação?

() Não

() Sim. Quem?

9. Qual o setor onde o ato discriminatório ocorreu?

10. Como você reagiu ao perceber a discriminação?

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,

_____, autorizo a Universidade Tiradentes por intermédio das alunas, Anne Caroline de Carvalho Bittencourt e Edilaine Rocha Fontes, devidamente assistidas pelo seu orientador Paulo Henrique de Souza Corrêa, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

1-Título da pesquisa: Mulher Negra: A Experiência da Parturição com Enfoque no Preconceito e Discriminação Institucional

2-Objetivos Primários e secundários: Investigar a percepção da mulher negra sobre o preconceito institucional. Objetivos Específicos: Verificar a ocorrência de racismo institucional entre as mulheres negras durante o período de parturição; Identificar as condições funcionais que proporcionam racismo institucional.

3-Descrição de procedimentos: Nesse estudo será utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado para atender os objetivos da pesquisa e também facilitar a comunicação entre o entrevistador e o entrevistado. O mesmo será preenchido no primeiro contato com a paciente que se encaixe dentro dos critérios de inclusão, registrando todas as informações necessárias, para à obtenção do objetivo da pesquisa.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: Justifica-se a realização desse projeto, pois, apesar do interesse crescente na exploração da temática da discriminação e do racismo institucional no setor saúde, verifica-se a insuficiência de evidências quanto à temática dentro das maternidades durante o processo de parturição das mulheres negras. Havendo a possibilidade de com essa pesquisa comprovar a existência do racismo institucional durante o período de parturição dentro da instituição escolhida para realização do estudo.

5-Desconfortos e riscos esperados: A pesquisa envolverá riscos mínimos, pois será utilizado o anonimato das mulheres envolvidas, porém vale ressaltar a existência do risco de constrangimento, o que pode afetar diretamente o estado emocional das participantes, despertando sentimentos de tristeza e raiva destas, além do desconforto do tempo gasto para responder ao formulário. Os pesquisadores se comprometem em garantir a minimização ao máximo dos riscos. Sendo assim, fui devidamente informado dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

6-Benefícios esperados: Atentar à sociedade para realidade que nós atinge ainda no século XXI, que são as práticas racistas dentro de instituições de saúde, além de voltar à atenção da equipe multiprofissional quanto à necessidade de uma atenção igualitária e humana a todas as pacientes, sem distinção de etnia/cor. Além de servir para que os gestores possam intervir com estratégias de combate a prática de racismo institucional dentro da maternidade e assim assegurar as participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto que será de retorno social, onde mulheres que se encaixem no mesmo perfil não sofram mais com esse tipo de preconceito, lutando pela igualdade, equidade e integralidade das mulheres negras.

7-Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

8-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

9-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

10-Confabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

11-Quanto à indenização: Não há danos previsíveis decorrentes da pesquisa, mesmo assim fica prevista indenização, caso se faça necessário.

12-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

13-Dados **do** **pesquisador**
responsável: _____

Nome: Paulo Henrique de Souza Corrêa

Endereço profissional/telefone/e-mail: Universidade Tiradentes, Av. Murilo Dantas, 300, Bairr: Farolândia/ 79-9601-3300/ prof.me.paulohenrique@gmail.com

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tiradentes.

CEP/Unit - DPE

Av. Murilo Dantas, 300 bloco F – Farolândia – CEP 49032-490, Aracaju-SE.

Telefone: (79) 32182206 – e-mail: cep@unit.br.

Aracaju, ____ de ____ de 201__.

ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL